



Temática 3: Políticas de Informação, Multiculturalismo e Identidade

**A Biblioteca Pública Portuguesa e as Políticas de Infoinclusão
a sociedade da informação mediando a democratização da informação**

Fabiola Maria Pereira Bezerra

fabbezerra@yahoo.com.br

Universidade do Porto

RESUMO

As bibliotecas públicas são instituições da comunidade destinadas a possibilitar o acesso à informação, agregando benefícios ao indivíduo; sua filosofia de trabalho está fundamentada pela democratização e socialização do saber, à medida que possibilita, através do conhecimento, a tomada de decisão com vista à transformação da sociedade. A democratização da informação ficou muito mais evidenciada através da Sociedade da Informação, realçou a importância do papel da biblioteca pública e seu contributo para uma sociedade mais democrata; para que possa manter o nível de serviços necessários ao desempenho das suas funções, deve ser dotada de enquadramento legal. A intervenção pública, pelas autoridades governamentais, visando potencializar o direito democrático à informação, deu-se através da implantação de políticas públicas, adotados por governo de todos os países visando dinamizar a implantação da Sociedade da Informação. O estudo em pauta faz parte de uma pesquisa de doutoramento desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em Portugal, e apresenta as medidas políticas adotadas pelo Governo português e em maior escala, pela União Europeia, para a construção da Sociedade da Informação direcionadas para as bibliotecas públicas.

Trabalhos técnico-científicos

PALAVRAS-CHAVE:

Biblioteca Pública Portuguesa. Bibliotecas Públicas. Políticas Públicas de Informação.

1 Introdução

A base da Sociedade da Informação é que ela deve ser uma sociedade para todos e a definição das medidas políticas para a construção dessa Nova Sociedade devia ser norteada em condições reais de acesso e benefícios para todos, uma vez que, caso contrário, poderia tornar-se num impiedoso fator de exclusão social.

Das medidas adotadas pelos governos de todos os países para a entrada na Sociedade da Informação resultaram esforços iniciais, no sentido de vencer desafios quanto às profundas



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

mudanças que daí resultariam, uma vez que já se revelavam manifestações dessa Sociedade da Informação nos comportamentos das organizações e influenciando o pensamento estratégico das Nações. Corroborando essa ideia, Thorhauge (2000, p. 32) afirma: “Todos os países no mundo ocidental produziram relatórios com visões e planos bem como estratégias para a sua realização. E, de um modo geral, realizaram essas visões”.

A democratização da informação ficou muito mais evidenciada por intermédio da Sociedade da Informação, realçou a importância do papel da biblioteca pública no combate à exclusão das classes menos favorecidas. Seu contributo para uma sociedade mais democrata foi no sentido de assumir seu papel como prestadora e promotora de serviços, direcionando ações concretas que viabilizasse sua atuação no processo de inclusão.

Figueiredo (2004a, p. 185) ressalta o Manifesto da UNESCO e coloca-o como a base de referência, como documento universal que consagra os princípios da biblioteca pública, e lembra que o mesmo “tem suportado o desenvolvimento de outros documentos nesta área, os quais resultam principalmente de discussão e reflexão que, na última década, políticos e profissionais têm mantido sobre o papel da biblioteca pública”, contribuindo efetivamente para o reconhecimento político dessa instituição dentro da Sociedade da Informação. Dessa forma, o Manifesto da UNESCO serve de mecanismo para a formulação de uma política de bibliotecas públicas, quando afirma:

A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e nacionais. Deve ser objeto de uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais. Tem de ser um componente essencial de qualquer estratégia a longo prazo para cultura, o acesso a informação, à alfabetização e à educação. (IFLA/UNESCO, 1994).

O trabalho em pauta apresenta uma síntese das medidas políticas adotadas na União Europeia, e particularmente em Portugal, para construção da Sociedade da Informação, onde foi evidenciado o papel da biblioteca pública no processo de inclusão social.

2 Revisão de Literatura

O conceito de Políticas Públicas é discutido em todas as áreas do conhecimento, existem diferentes definições e conceitos criados por autores que se têm dedicado ao estudo do tema. Utilizaremos alguns conceitos para explicar o significado do termo “Política Pública”.



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

Autores como Teixeira (2002, p. 1) conceituam “Políticas Públicas” como diretrizes; “princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”. Segundo o autor, o processo de elaboração e implantação das políticas públicas traduz formas de exercício do poder público “envolvendo a distribuição e redistribuição de poder”. Essa ideia também é defendida por Cavaleiro e Juchem (2009, p. 7) quando afirmam que “os processos de elaboração, bem como os de implementação de políticas públicas são fatores cruciais constitutivos da competência governativa do Estado”. Ainda sobre o papel do Estado, Ferreira (2006, p. 114) entende o seguinte:

Garantir à população direitos fundamentais que lhe permitam viver com dignidade, superando as trevas da ignorância, tendo corpo e alma sãos, amparada pelo acesso ao sistema de saúde e utilizando os bens culturais para que possa desenvolver e apreciar o belo, e integrar-se ao meio social e ambiente e preservá-lo.

A relação entre “poder público e sociedade”, efetuada, por meio das políticas públicas, é considerada por Ferreira (2010, p. 2) como um mecanismo necessário “utilizado pelo Estado para diminuir as distâncias sociais existentes”, respondendo assim, as reivindicações da “sociedade civil naquilo que esta estabeleceu como prioridade”. O autor destaca ainda a importância de políticas públicas que atuem no campo da cultura, como ferramenta para a construção da cidadania e superação da exclusão social, a partir de equipamentos de cultura, tais como: museus, bibliotecas, salas de leitura, projetos culturais, entre outros, todos ao seu modo, influenciando e gerando mudanças sociais. No entanto, Paiva (2008, p. 12) lembra que as bibliotecas públicas sempre estiveram inseridas em seus “contextos social, cultural, tecnológico, político e econômico”, mas, que, atualmente devem ser inseridas no “contexto mundial da Sociedade da Informação”, uma vez que trazem em seu bojo a grande discussão sobre o acesso à informação.

Ribas e Ziviani (2007, p. 50) entendem que a proteção dos direitos do homem é a base das constituições democráticas e inserem a Ciência da Informação nesse contexto, quando afirmam que “o acesso à informação é condição fundamental para o desenvolvimento da cidadania”, sendo esse um pré-requisito para os direitos civis, políticos e sociais. Para os autores, o princípio fundamental da Ciência da Informação é a responsabilidade social de transmitir conhecimento para os que dele necessitam. Lembrando que as bibliotecas e os centros de informação, de um modo geral, devem convergir seus espaços, em “locais abertos,



XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação

Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

de diálogo e troca de informações, deixando de ser um local de consulta para se tornar um espaço de convivência” (RIBAS; ZIVIANI, 2007, p. 50).

Aun (1999, p. 3) acredita que, ao construir uma política de informação, o que deve ser considerado como prioritário é o “desenvolvimento da sociedade de forma justa e democrática” embora reconheça a importância da estrutura tecnológica:

O desenvolvimento de uma infra-estrutura tecnológica é condição *sine qua non* para que se tenha acesso à Sociedade da Informação. Porém, precisa-se pensar o nível de prioridade da infra-estrutura na construção de políticas e programas informacionais. O desenvolvimento da infra-estrutura é o que hoje domina os programas europeus para entrada na Sociedade da Informação. (AUN, 1999, p. 3)

Sá (1961, p. 11) já afirmava que “não pode haver democracia sem cultura” e Gill (2003, p. 20) lembra que a UNESCO reafirma essa condição quando ressalta a importância do papel da biblioteca pública no processo de desenvolvimento e manutenção de uma sociedade democrática, à medida que faculta ao indivíduo o “acesso a um amplo e diversificado leque de conhecimento, ideias e opiniões”. A democratização da informação é apontada por Cunha (2003, p. 72) como uma missão especial atribuída à biblioteca pública, a partir da Sociedade da Informação, à medida que possibilita a democratização do “acesso em rede, a oferta de produtos e serviços de qualidade que contribuam para diminuir as desigualdades sociais”, uma vez que estimula o utilizador a usar a *Internet* como instrumento de ampliação do conhecimento. Esse pensamento também é defendido por Figueiredo (2004, p. 185) quando afirma que “a Sociedade da Informação veio realçar o papel social da biblioteca pública e potenciar as relações destes espaços com os cidadãos”. A consolidação do contributo efetivo das bibliotecas públicas no processo de democratização e cidadania vai depender de ações concretas a serem implementadas no sentido de promover a aprendizagem ao longo da vida, bem como o desenvolvimento econômico e social.

3 Relembrando Velhas Questões para Falar de Infoinclusão

Falar de políticas de infoinclusão, implica necessariamente relembrar as ações implementadas no processo de preparação para a Sociedade da Informação. Essas medidas aconteceram inevitavelmente em diferentes países, no final da década de noventa, e resultou em muitos estudos em nível mundial para viabilização de ingresso nessa nova sociedade.



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

Dentre os estudos desenvolvidos nas diferentes áreas, no processo de passagem para Sociedade da Informação, os que foram direcionados para as bibliotecas públicas foram motivados a partir da necessidade de incorporar novos conceitos, já anteriormente reforçado expressamente em 1994, por meio do Manifesto da Unesco, bem como o novo contexto e novos desafios impostos a elas por intermédio da Sociedade da Informação.

A União Europeia encomendou um estudo sobre o papel da biblioteca pública na Sociedade da Informação por meio da DGXIII, Direção da União Europeia responsável por lidar com questões de regulamentação das telecomunicações e de normalização. Esse estudo intitulado *Public libraries and the information society*, mostrou diferentes realidades nas bibliotecas públicas europeias em 1997.

Esse estudo também foi desenvolvido individualmente em algumas bibliotecas, resultando em cinco estudos de casos. O estudo foi desenvolvido em nove países da Europa, incluindo Portugal e alguns estudos regionais. Relativamente a Portugal, o Ministro da Cultura, pela ação do Despacho n°55/95, de 12 de Dezembro de 1995, nomeou um Grupo de Trabalho para realizar esse estudo sobre as bibliotecas públicas, apresentado posteriormente em Março de 1996, em forma de relatório, onde seriam identificados os principais problemas nos setores da educação, telecomunicações e problemas de carácter estrutural e administrativo (MOURA, 1996). Desse estudo, resultou ainda um outro documento, também elaborado pelo Ministério da Cultura sobre o impacto da Sociedade da Informação sobre as atividades das instituições culturais.

Na altura desse estudo, o que existia concretamente em Portugal eram 124 bibliotecas municipais, em conformidades com as normas estabelecidas pelo Programa Nacional de Bibliotecas Públicas, criado em 1987. 62 Municípios ainda não tinham sido apoiados pelo Programa Nacional de Bibliotecas Públicas e 89 outros municípios estavam sem biblioteca pública. Nesse estudo, foram identificadas as principais dificuldades e obstáculos de desenvolvimento das bibliotecas portuguesas:

- Insuficiência de recursos humanos;
- Equipamentos de informática insuficiente; e obsoletos;
- Autonomia financeira insuficiente e obsoleta;
- Os estilos de gestão, incluindo a descentralização de responsabilidades;
- A cultura organizacional das prefeituras, resultando em entraves burocráticos;
- Fatores técnicos de telecomunicações, por exemplo, muito poucos pontos de acesso local. (COMISSÃO EUROPEIA, 1997a, p.3 – versão traduzida).



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

O estudo também certificou que algumas bibliotecas públicas em Portugal eram pioneiras em relação às novas funções da biblioteca pública, sendo elas: Biblioteca Municipal Marquesa do Cadaval de Almerim; Biblioteca Municipal Florbela Espanca, em Matosinhos; Biblioteca Municipal de Aveiro; Biblioteca Municipal de Seixal; e Biblioteca Municipal de Setúbal.

O Relatório acerca do *Green Paper* sobre o Papel das Bibliotecas na Sociedade Moderna apresenta-se como importante documento político a nível da União Europeia; de iniciativa da Comissão para a Cultura, a Juventude, a Educação e os Meios de Comunicação Social do Parlamento Europeu, teve como relatora a Deputada Mirja Ryynänen.

O Relatório é datado de 25 de Junho de 1998 e apresenta um conjunto de ações a serem desenvolvidas pelos Estados-Membros da União Europeia. Foi certificado no relatório que na Sociedade da Informação, o conhecimento constitui o recurso principal e a informação a matéria-prima mais importante, e destaca o papel da biblioteca como elemento decisivo no processo de obtenção do conhecimento, atribuindo a ela a missão de garantir a todo cidadão a possibilidade de acesso a informação e ao conhecimento que desejarem, e reforça a importância do conhecimento ao afirmar: “as bibliotecas ocuparão um lugar mais importante na sociedade da informação do que o que tinham sociedade industrial.” (RYYNÄNEN, 1998, p. 14).

O relatório solicita ainda que a Comissão para a Cultura, a Juventude, a Educação e os Meios de Comunicação Social do Parlamento Europeu, acelere o processo de elaboração do Livro Verde sobre o papel das bibliotecas na Sociedade da Informação. Faz recomendação aos Estados-Membros da União Europeia que todas as bibliotecas possuam equipamentos modernos, e em particular ligações à Internet, assim como a gratuidade dos serviços básicos, em conformidade com as recomendações do “Manifesto da UNESCO sobre as bibliotecas públicas”. Recomenda aos Estados Membros da União Europeia que todos os documentos importantes que tenham sido produzidos com o financiamento dos contribuintes se encontrem disponíveis a todos os cidadãos, independente do formato que originalmente foram produzidos. (RYYNÄNEN, 1998, p. 10-12).

Em agosto de 1998, foi realizado um *workshop* onde se conseguiu reunir 23 países europeus, o que resultou na *Declaração de Leuven*, onde foram definidos objetivos que consideravam importantes e que deveriam ser desenvolvidos para assegurar a ação das bibliotecas públicas, por meio da criação de políticas nacionais e federais.



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

Nesta mesma linha de documento público, em 1999, foi elaborado por decisores políticos de 31 países europeus, a *Declaração de Copenhaga*, onde subscrevem os papéis da biblioteca pública, já anteriormente consignada por meio da *Declaração de Leuven*. Esta declaração apresentou, na verdade, um apelo aos governos federais e nacionais, para que definissem uma política nacional de informação.

Em 2000, resultado de uma ação articulada, foi realizada em Lisboa uma conferência internacional intitulada “*Bibliotecas Públicas: Inventando o futuro*”, onde foi discutida a necessidade de se criar uma rede¹, que “permitisse abordar problemas comuns com o objetivo de articular ações e políticas na área das bibliotecas públicas na Europa. Em Outubro de 2002, foi realizada em Copenhague uma conferência sobre bibliotecas públicas, que resultou na produção do relatório intitulado “*The Public Library in the Eletronic World*”. O relatório íntegra dados de 23 países “mostrando que a maioria dos países possui estratégias nacionais para as bibliotecas públicas”. (FIGUEREDO, 2004a, p. 192).

3.1 O Caso Português

Portugal entrou tardiamente nos temas relacionados com a Sociedade da Informação. Em 1996, foi lançada pelo Governo português uma política de dinamização para a Sociedade da Informação, através do Programa Operacional para a Sociedade da Informação. Em 1997, foi aprovado o Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, documento estratégico que definiu as principais linhas de orientação e de intervenção necessárias para a implantação da Sociedade da Informação, marcando, então, a entrada da sociedade portuguesa nos temas sobre a Sociedade da Informação e do conhecimento. O documento apresentou propostas a curto, médio e longo prazos que foram apresentadas à Assembleia da República, onde fez abordagem econômica e tecnológica, influenciando, assim, as políticas, as medidas e as ações propostas nas diversas áreas sociais e, em especial, no campo da participação política, onde foi dada ao Estado a responsabilidade fulcral de colocar Portugal em posição competitiva à escala europeia e global.

O Livro Verde para a Sociedade da Informação, veio a ser aprovado em Conselho de Ministros em 17 de Abril de 1997. Tendo-se constituído em referência essencial para o movimento de modernização do país, combinando um vasto conjunto de

¹ NAPLE – National Authorities on Public Libraries in Europe



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

grandes opções estratégicas e um corpo articulado de medidas concretas, cuja execução foi desencadeada de imediato (PORTUGAL, 1999, p. 8).

Segundo o Livro Verde: “Na construção da Sociedade da Informação deve ser respeitada a matriz democrática cujos princípios e regras fundamentais estão definidos na Constituição da República Portuguesa” (PORTUGAL, 1997, p. 9), obedecendo assim os princípios e as regras constitucionais do direito, liberdades e garantias.

O acesso à informação e ao conhecimento deve estar assegurado sem discriminações de origem social. É igualmente necessário aceitar a responsabilidade social para com os cidadãos que, por razões de natureza diversa, requerem consideração especial para ficarem excluídos dos benefícios que aquele pode oferecer (PORTUGAL, 1997, p. 9).

Para vencer o atraso histórico, Portugal, num só quadriénio, preencheu as lacunas em relação aos temas da Sociedade da Informação, definiu estratégias, impulsionou mudança de atitude social, e desencadeou medidas e iniciativas, onde os resultados foram visíveis, “disparando indicadores que em 1994 situavam Portugal num estádio pré-digital e de profunda inércia” (PORTUGAL, 1999, p. 7). Dentre o conjunto de ações empreendidas destacam-se:

Lançamento do Programa Internet na Escola e a criação da Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade, o lançamento do Programa Cidades Digitais, a aprovação da iniciativa Nacional para o Comércio Electrónico, visando a promoção da economia digital, a aprovação do programa da Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação e a prioridade dada ao Processamento Computacional da Língua Portuguesa (PORTUGAL, 2000, p. 4).

Dentre as ações implementadas pelo Governo Português, apresentadas no Livro Verde, no qual tornou prioridade nacional a transformação de Portugal numa Sociedade da Informação, marcado por mudanças exponenciais, destacamos neste trabalho, as ações direcionadas para “**promover a massificação, e combater a infoexclusão**”. A concretização dessa estratégia deu-se com a prioridade absoluta no combate à infoexclusão, à medida que foi massificado o uso das tecnologias da informação por meio do acesso em espaços públicos, escolas e bibliotecas (PORTUGAL, 1999, p. 10-16).



4 Considerações Finais

O avanço exponencial ocorrido em Portugal no processo de entrada para a Sociedade da Informação, ocorreu com a mesma intensidade nas Bibliotecas. O quadro desanimador que foi relatado em 1996 da situação em que se encontravam as bibliotecas públicas portuguesas, em nada se parecia com a realidade das bibliotecas públicas após as mudanças que foram implementadas. Esse novo cenário foi decorrente de muitos fatores, tais como: o novo contexto imposto as bibliotecas públicas por meio da Sociedade da Informação; o papel central que a cultura foi assumindo dentro das políticas nacionais e locais que marcou substancialmente o crescimento do país; as alterações profundas ocorridas em Portugal ao longo dos anos, marcados primeiramente pela transformação da sociedade portuguesa decorrente da Revolução até a entrada na União Europeia. Entretanto, a causa essencial que gerou essa metamorfose foi essencialmente o fato de o Estado português chamar para si a responsabilidade de gerir o já existente Programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, fazendo valer o estabelecido no Manifesto da UNESCO.

As mudanças significativas que ocorreram nas bibliotecas públicas, manifestadas mediante a disponibilização de espaços modernos e bem equipados; da oferta diversificada de tecnologias da informação; dos novos recursos de informação, dentre tantas outras transformações visivelmente perceptíveis, nos levam a questionar se esse novo modelo aumentou concretamente a relevância social dos serviços das bibliotecas públicas e seu real contributo no processo de inclusão social.

O envelhecimento da população mundial, tão visivelmente refletida na comunidade portuguesa, deve ser visto pelas bibliotecas públicas como fonte de oportunidade, em busca de uma atuação mais efetiva como organizações sociais, mediante a implementação de serviços por elas desenvolvidos, apoiadas por meio de uma série de iniciativas que destacam políticas efetivas que realçam a melhoria de serviços para os cidadãos e a qualidade de vida, potencializando assim sua atuação. Citamos como exemplo o ENTITLE, que é um projeto financiado com o apoio da Comissão Europeia, sendo um dos pilares essenciais dessa iniciativa a atuação das 96.000 bibliotecas públicas espalhadas por toda a Europa a desempenharem seu importante papel como “agentes essenciais na gênese de estratégias de Aprendizagem ao Longo da Vida” (ENTITLE, 2009, p. 3).



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

ABSTRACT: Public libraries are institutions that allow the access of the community to the knowledge and it may offer huge benefits to everyone. Its work is based on values, such as democracy and free access of all individuals to the information, thus changing the society simply by the existent knowledge. This free access to the information is now easier since the Society of Information started to work on its democracy and stressed the increasing role of public libraries. To keep the public services and complete the work, the role of public libraries should be guaranteed by legal laws. Public intervention and democratic access to the information was guaranteed by the authorities through the implementation of the Society of Information in all countries. The present study is part of a PhD thesis developed at the Faculty of Letters, University of Porto, Portugal, and it shows the political decisions adopted by the Portuguese government and by the European Union to the formation of Societies of Information in public libraries.

KEYWORDS: Public Library. Public Information Politics. Portuguese Public Library.

Referências

AUN, Marta Pinheiro. A construção de políticas nacional e supranacional de informação: desafio para os Estados nacionais e blocos regionais. **Ci. Inf.**, Brasília, v.28, n.2, p. 7-14, 1999. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/276/244>>. Acesso em: 02 set. 2010.

COMISSÃO EUROPEIA. CORDIS. **Extracts from Country Studies: Portugal.** Luxembourg, 1997a. versão traduzida disponível no *site*. Disponível em: <<http://cordis.europa.eu/libraries/en/plis/portugal.html>>. Acesso em: 20 Sept. 2010.

COMISSÃO EUROPEIA. CORDIS. **Public Libraries in the Information Society.** Luxembourg, 1997b. versão traduzida disponível no *site*. Disponível em: <<http://cordis.europa.eu/libraries/en/plis/homeplis.html>>. Acesso em 20 Sept. 2010.

CUNHA, Vanda Angélica. A biblioteca pública no cenário da sociedade da informação. **BIBLIOS**, v. 4, n. 15, p. 67-76, abr. 2003.

DECLARAÇÃO de Leuven. Leuven, 1998. Disponível em: <http://rcbp.dglib.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/03_Declaracao_de_Lovaina_1998.pdf>. Acesso em: 20 set. 2010.

ENTITLE. Lifelong Learning Libraries. **Directriz 1: estratégias, políticas e defesa das bibliotecas públicas na promoção da aprendizagem ao longo da vida**, 2009. Disponível em: <<http://entitlelll.eu/por/Directrizes/Directriz-1>>. Acesso em: 19 abr. 2010.

FERREIRA, Maria Mary. Direitos culturais, bibliotecas e políticas públicas: caminho para construção de uma sociedade democrática? In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE BIBLIOTECÁRIOS, ARCHIVISTAS Y MUSEÓLOGOS, 2., 2010, Lima, Peru. **Anais...** Lima, Peru: EBAM, 2010.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? **Transinformação**, Campinas, SP, v.18, n. 2, p. 113-122, maio/ago. 2006.



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

FIGUEIREDO, Fernanda Eunice. De que falamos hoje quando falamos de biblioteca pública. **NºCID. Revista de Ciências da Informação e da Comunicação**, Porto, v.1, n. 1, p.185-195, 2004a.

FIGUEIREDO, Fernanda Eunice. Um olhar sobre o Programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. **Páginas a&b**, Lisboa, n. 13, p. 105-127, 2004b.

GILL, Philip (Org.) **Os serviços da biblioteca pública: directrizes da IFLA/** (2001). Lisboa: Caminho, 2003.

IFLA/UNESCO. **Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 02 maio 2009.

MOURA, Maria José (Coord.). **Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal**. Lisboa: RCPB, 1996. Disponível em: <http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/16_RelatorioRNBP96.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2009.

PAIVA, Maria de Abreu Martins de Paiva. **Bibliotecas públicas: políticas do Estado Brasileiro de 1990 a 2006**. 2008. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PORTUGAL. Ministério da Ciência e da Tecnologia. Missão para a Sociedade da Informação. **Livro verde para a Sociedade da Informação em Portugal**. Lisboa, 1997. Disponível em: <<http://www.acesso.unic.pt/docs/lverde.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

PORTUGAL. Ministério da Ciência e da Tecnologia. Observatório das Ciências e das Tecnologias. **Portugal na sociedade da informação**. Lisboa: Observatório das Ciências e das Tecnologias, 1999.

PORTUGAL. Ministério da Ciência e da Tecnologia. **Portugal digital: programa operacional sociedade de informação : quadro comunitário de apoio 2000-2006**. Lisboa: Observatório das Ciências e das Tecnologias, 2000.

RIBAS, Cláudia S. da Cunha; ZIVIANI, Paula. O profissional da informação: rumos e desafios para uma sociedade inclusiva. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.17, n.3, p.47-57, set./dez. 2007.

RYYNÄNEN, Mirja. **Relatório sobre o papel das bibliotecas na sociedade moderna**. 1998. Parlamento Europeu – versão traduzida. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A4-1998-0248+0+DOC+XML+V0//PT>>. Acesso em: 03 out. 2010.

SÁ, Victor de. **Cultura e democracia**. 2. ed. Braga: Edição do autor, 1961.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002.



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

THORHAUGE, Jens. Um novo padrão para todas as bibliotecas. **Liberpolis revista das bibliotecas públicas**, Lisboa, n.3, p. 29-38, 2000.